

PROPOSTA NÃO PASSA

Senadores são contra divisão territorial

PARA NÃO SER REJEITADO, O PROJETO VAI SER DISCUTIDO EM AUDIÊNCIA COM MINISTROS E GOVERNADORES

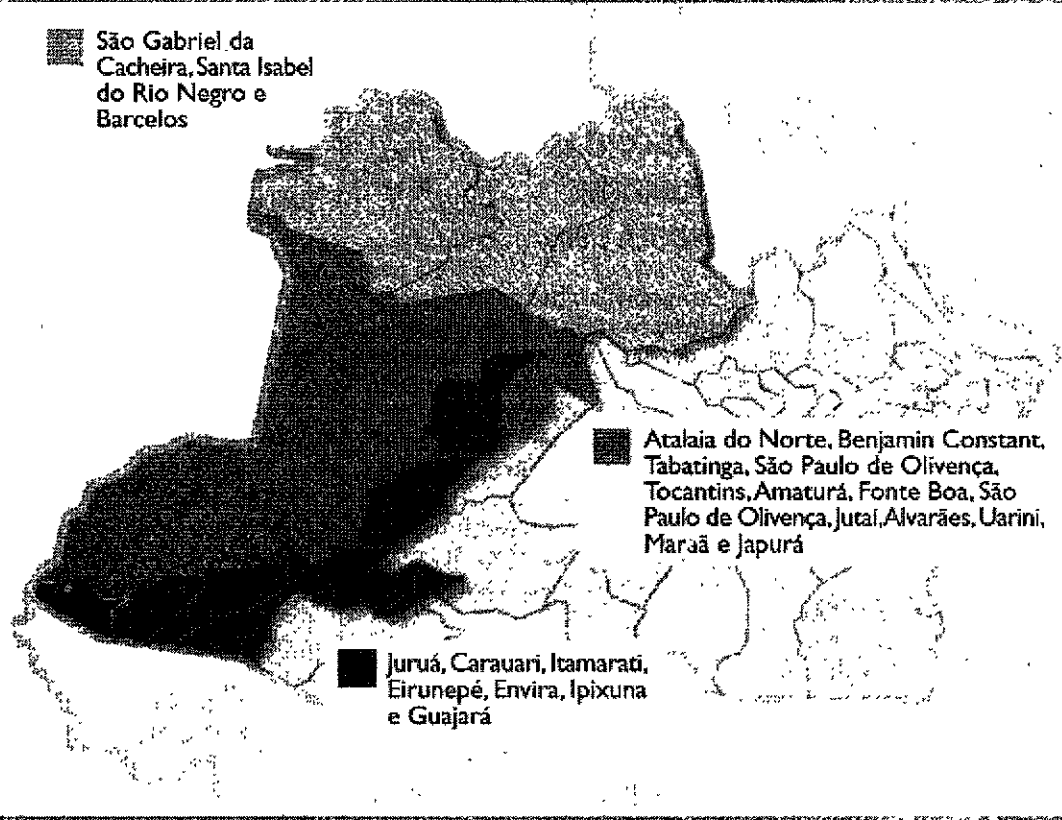
ROSELI GARCIA
SUCURSAL DE BRASÍLIA

A divisão territorial do Amazonas provocou polêmica ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A maioria dos senadores pretendia votar contra o projeto que cria o Estado do Solimões, apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), e alterado por Jefferson Péres (PDT), que propôs a criação de três territórios federais. Os parlamentares alegam que uma questão de tamanha importância não pode ter votação rápida, sem conhecer a posição do Governo Federal e os seus custos para os cofres públicos.

Sem consenso sobre o projeto, a comissão aprovou a convocação dos ministros Geraldo Quintão (Defesa), Fernando Bezerra (Integração Nacional) e Martus Tavares (Planejamento), além dos governadores Amazonino Mendes (Amazonas), Almir Gabriel (Pará) e Dante de Oliveira (Mato Grosso) para discutirem o assunto. Embora o senador Mozarildo Cavalcante tenha ressaltado que se tratava apenas de uma consulta à população, seus colegas acharam melhor ouvir as autoridades antes de votar o projeto.

"Se for para a criação de novos Estados sou contra. E mesmo para a recriação de territórios - que não temos mais - gostaria de refletir um pouco sobre a questão", declarou o senador Lúcio Alcântara

OS TERRITÓRIOS PROPOSTOS



(PSDB-CE). "Mesmo a criação de territórios é complicada, porque depois fatalmente surgem pressões para que os territórios sejam transformados em Estados", emendou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele argumentou que, na prática, a criação de municípios não melhorou a situação econômica desses locais.

ARGUMENTOS

Um dos principais adversários da proposta, o senador Roberto Requião (PMDB-RS) revelou que 70% dos municípios não arrecadam 5% do total de recursos que precisam. "Essa medida é inoportuna porque a região é de baixa densidade demográfica e não há condição de arrecadação com desenvolvimento econômico". O

parlamentar gaúcho sugere que o Governo Federal amplie a ocupação da Amazônia pelas Forças Armadas. Essa seria, em sua opinião, a medida mais adequada para levar os serviços públicos à região, necessidade reconhecida pelo ministro da Defesa, Geraldo Quintão, durante visita à Amazônia, no último fim-de-semana.

"Se a União quer aumentar sua presença na região que dê condições às Forças Armadas para atuar mais na Amazônia", ressaltou Requião. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que questões econômica, social, política e de representação popular precisam ser consideradas na votação do projeto. "Existem distorções na representação popular no Legislativo. Há Estados com um repre-

sentante para cada 32 mil habitantes e outros com um representante para cada 500 mil habitantes", exemplificou o paranaense. A maior distorção acontece com São Paulo e em menor escala com Minas Gerais.

O líder do Governo, senador José Roberto Arruda (PSDB), declarou-se simpático à divisão do Amazonas e do Pará, concordou com a necessidade das audiências públicas para discutir o assunto, mas apresentou um requerimento propondo a inclusão das cidades do entorno na área do Distrito Federal. Arruda propôs ainda a criação de uma Comissão de Estudos Territoriais, conforme prevê a Constituição, para no prazo de 90 dias apresentar um relatório sobre a divisão territorial no Brasil.